A Infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida

Rosa Madeira
Professora Auxiliar Convidada
Departamento de Ciências da Educação
Universidade de Aveiro
Campus Universitário de Santiago
3810- 193 - Aveiro
rmadeira@dce.ua.pt
Tel: (351)234 370631/353
Fax : (351)234-370640

Resumo:

A Infância tem sido percebida como um lugar de experiência das crianças. Neste artigo iremos abordar uma outra perspectiva – aquela em que um grupo de mulheres em diferentes estágios de suas vidas, descrevem memórias dispersas e histórias sobre sua infância, como recurso de reconstrução narrativa de suas histórias de vida. A experiência da infância é aqui reconstituída como uma fonte de sentido e significado para as trajetórias sociais vividas em posições de inferioridade e de exclusão, que atestam a desigualdade social estrutural, que é escondida pela retórica que naturaliza a universalidade dos direitos humanos e os direitos das crianças.

A apresentação dessas narrativas é aqui precedido por um breve esclarecimento sobre o contexto social em que houve o mesmo e colocar em contexto, com uma breve descrição da dinâmica de "desenvolvimento" sócio ambiental e econômica do momento histórico em que ocorrem as experiências relatadas. Assim, esperamos contribuir para a reflexão crítica sobre a diversidade de experiências e de contextos de vida das crianças, que refletem tanto a desigualdade como a diferença de oportunidades que impactam as histórias de vida de vários grupos sociais.

Abstract

Childhood has been viewed as a place of children's experience. In the current article, it will be touched upon through another perspective- that of a group of women at different stages of their lives, that go back to memories and scattered descriptions concerning their childhood, as a source of reconstructing narratives of their life stories. The childhood experience is made up as a source of feeling and meaning for the social paths lived through dependence and exclusion, giving rise to the social-structural inequality, which is disguised by the rhetoric of nationalising the universality of human rights and rights of the children. The presentation of these narratives will be anticipated by a brief explanation in relation to the social context of their production and will be contextualised with a small description of the dynamics of the socio-economic "development" of the environment and of the precise narrative moment whereby the related experiences are recorded. We aim to contribute to the critical reflection in relation to the heterogeneity of the experiences and life context of the children, which lie between the unequal and differential accesses to the opportunities and life paths of the diverse social groups.

Introdução:

Com este artigo pretendemos contribuir para a reflexão sobre a experiência e o lugar da infância na vida dos grupos sociais que ocupam posições de subordinação ou exclusão em sociedades cujas transformações econômicas prometeram, sem terem podido cumprir, o bem-estar para todos.

Para conseguir esse objetivo, procuraremos criar condições de escuta e de revisitação crítica da infância de nove mulheres nascidas entre 1906 e 1988, que representam quatro gerações de uma mesma família que viu reproduzida a sua trajetória de pobreza, apesar de ter participado ativamente na produção de riqueza que justificou a reestruturação social da comunidade para onde emigrou nos anos 60.

As falas que aqui traremos correspondem a pequenos extratos de narrativas autobiográficas que foram reconstruídas a partir de diversas entrevistas que, por sua vez, foram enquadradas por contratos informais¹ e submetidas a uma vigilância epistemológica cuidada², que visou, assim, evitar como efeitos da nossa implicação a fascinação e a intercompreensão presumida, a dificuldade da compreensão da realidade vivida, que vai sendo reconstruída na interação social.

Estamos conscientes do quanto o relato das experiências de infância que aqui traremos é condicionado não só por condições de produção e de acesso a memórias pessoais que estão protegidas e são configuradas por barreiras e bloqueios psicológicos, mas também pelos recursos lingüísticos que puderam ser mobilizados pelas nossas interlocutoras, no contexto de uma interação social estruturada assimetricamente pela relação de investigação.

O que procuraremos encontrar nestas narrativas são indícios do impacto diferenciado e diferenciador do “progresso social” que a Modernidade investiu como meio de emancipação social coletiva, que abriu novos horizontes aos grupos sociais que só muito tardiamente viram formalmente reconhecidos os seus direitos e liberdades fundamentais.

¹ Para além de explicitarmos no início de cada relação de pesquisa os objetivos do nosso trabalho, procuramos diferenciar os papéis de interlocução no quadro de uma interação social de que deveria resultar: a produção de um relato e de uma narrativa autobiográfica em primeira pessoa e conhecimento científico-social e portanto analítico e interpretativo sobre a realidade vivida, tendo em conta a relação entre a educação e a sociedade.

² Procuramos adotar o que Bourdieu designou como “reflexividade reflexa” na sua obra “A Miséria do Mundo”(1998).

Esta reflexão nos parece pertinente num momento em que as desvantagens sociais tendem a ser atribuídas a disposições e capacidades individuais e, mais recentemente, a diferenças culturais, através de discursos que localizam nos indivíduos, vistos isoladamente, a responsabilidade por trajetórias de inserção, ocultando o quando estas são profundamente constrangidas pela desigualdade de distribuição de oportunidades de vida.

Para poder problematizar esta leitura da realidade de campos e processos sociais em que estamos implicados, torna-se necessário construir algumas mediações conceituais e críticas que nos permitam romper com as evidências a partir das quais estamos habituados a entender a reprodução intergeracional da pobreza, para poder então contribuir para a escuta atenta das crianças dos grupos que historicamente mais têm sido silenciados pela sua posição de vulnerabilidade e dependência social.

Embora estas narrativas tenham sido, num outro momento, construídas como material de análise dos constrangimentos sociais incorporados pela socialização primária e secundária, o que nos interessa agora é apreender experiências de infância que continuam a dar sentido e significado à ação e trajetória social e à construção identitária destas mulheres. O faremos tendo presentes questões que vêm sendo construídas no campo da sociologia da infância que referiremos brevemente.

A infância reconstruída por referencia à história e aos contextos de vida das crianças

Manuel Sarmiento (1998) considera que a categoria comum, designada como infância, que nos tem permitido compreender a ação das crianças, é uma ilusão gerada pelo fato dos estudos sobre elas virem sendo realizados sem se ter em conta os seus contextos sociais de pertença e trajetórias de inserção. É nestes contextos sociais que se mobilizam os processos e modos de socialização, valores, aspirações e estratégias familiares que configuram não só o comportamento das crianças como também os discursos que se constroem sobre elas e com os quais a sua situação tende a ser definida, informando tomadas de decisão.

A partir das mesmas preocupações Manuela Ferreira (2000) considera que a construção de conhecimento sobre a infância e sobre as crianças tem sido invertida e subvertida, fazendo com que sejam as imagens que temos sobre a infância que constroem a realidade social das crianças, em vez do contrário, ou seja, de ser a realidade das crianças a base da construção das nossas imagens sobre a infância.

Somos, assim, advertidos para a necessidade de considerar a coexistência potencialmente conflitual de uma multiplicidade de conceitos e de concepções de infância e de criança em sociedades que, sendo estruturadas desigualmente, determinam diferentes formas de inserção social das crianças. Torna-se por isso fundamental reconhecer a heterogeneidade dos papéis e do valor que cada classe social e cultura atribui às crianças.

A partir do trabalho de Phillipe Ariès, deixamos de poder ignorar que o reconhecimento da infância como fase autônoma relativamente à adultez, esteve associado à alteração e melhoria das condições sociais de grupos que na Europa e a partir de meados do século XVII e XVIII começavam a disputar as posições sociais privilegiadas. Embora a infância tivesse sido alvo da preocupação pedagógica de renovadores pedagógicos, moralistas e médicos, esta preocupação social traduziu-se de forma diferente para os filhos das classes ricas, ou para as classes mais pobres.

O que se pôde constatar foi que no mesmo lugar e momento histórico em que a vida das crianças da burguesia ia sendo configurada pela privatização da vida familiar, as crianças das classes populares migravam para as zonas urbanas e para a proximidade das unidades fabris, onde começavam a partilhar a habitação com outras famílias. Enquanto as crianças de uns segmentos da população viam reconhecidos atributos específicos que as diferenciava dos adultos, o que favoreceu e foi favorecido pela separação dos mundos de vida dos dois grupos e a “confinação” da sua experiência à escola, freqüentada em regime de internato, as crianças dos setores mais desfavorecidos, eram mobilizadas como mão de obra para a indústria, mantendo a sua condição de propriedade dos seus pais, tendo como alternativa possível a institucionalização, promovida como medida de “recolha e proteção das crianças abandonadas e vagabundas”.

Manuel Pinto (1997) considera que esta diferenciação desigual de trajetórias de inserção das crianças se mantém até os nossos dias, havendo grupos em que elas são mantidas “prisioneiras” de condições, de gêneros de vida e de concepções de infância que, há alguns séculos, naturalizavam a sua inserção no mundo adulto da produção e reprodução social. O autor admite mesmo que tenha havido um retrocesso na condição das crianças das camadas populares que são mais vulneráveis ao advento da industrialização e à procura de mão de obra infantil.

Tal situação subsiste apesar de toda a retórica que envolve a reflexão sobre as crianças enquanto sujeitos de direito. O que é importante reconhecer é que, tal como refere Manuela Ferreira, a construção e a legitimação da concepção de infância que é veiculada pelos discursos que exaltam os direitos humanos e, em particular, os direitos de cidadania, constitui um meio

através do qual as classes dominantes generalizam os seus interesses e pontos de vista particulares, ocultando lutas e conflitos desencadeados nos restantes contextos estruturais.

É a própria universalidade imaginária que é produzida pela consignação dos Direitos Universais da criança a partir da retórica dos direitos humanos que gera, segundo a autora, uma discrepância importante entre o Direito e a realidade, entre práticas ideológicas e práticas sociais, não apenas no campo ideológico, mas também no interior do campo científico que estrutura novos campos de intervenção social.

Importa admitir que uma das razões pela qual a nossa percepção das crianças é orientada por temas como a entrada na vida e os primeiros anos de existência ou a escolarização, se prende com o fato das crianças serem estudadas pela sociologia a partir das suas instituições, ou seja, a partir da família e da escola, nas quais a infância é construída como tempo de espera e dependência. Mas o estudo da criança no campo de outras disciplinas científicas produz este mesmo efeito de orientação e focalização seletiva da nossa percepção sobre umas dimensões da vida das crianças, com omissão ou exclusão de outras.

É neste contexto de produção de evidências e de discursos sobre a sua vida e experiência que as crianças dos grupos sociais subalternos, que não se conformam com os tipos ideais de criança-filha ou criança-aluna, se vão tornando, em muitos aspectos, impronunciáveis e invisíveis, ou simplesmente descritas e analisadas como problema social.

O que não se pode subestimar é o impacto diferenciado desta visão dominante da criança - dependente, construída pelos conhecimentos que tornam evidentes e linguisticamente objetiváveis as capacidades, necessidades e processos de desenvolvimento, aprendizagem, conhecimento ou de socialização das crianças. É de se estimar que as crianças que na vida quotidiana têm que assumir responsabilidades concretas sofram mais intensamente os efeitos destas construções sociais universalizantes da infância, que tendem a dispensar a problematização das desigualdades sociais em geral e das desigualdades de poder entre adultos e crianças.

No caso das crianças que ingressam precocemente no mundo da reprodução social, orientado pela lógica económica dos adultos, as razões sociais e ideológicas que ocultam a sua participação ativa podem legitimar a desigualdade e a dependência que as torna passíveis de exploração.

Se as mudanças sociais exigem cada vez mais que se constitua um outro ponto de vista a partir do qual se apreendam os conteúdos e dinâmicas dos mundos sociais construídos através das interações entre pares e nos tempos que as crianças passam sozinhas e gerem por sua conta, esta necessidade nos parece ser ainda mais premente quando estamos diante da experiência de vida e

as aprendizagens das crianças a quem são atribuídas responsabilidades de cuidado de irmãos mais novos ou de trabalho doméstico.

Por outro lado, se é certo que a estrutura e dinâmica das famílias é mais exigente sempre que se considere a diversidade possível de experiências das crianças nas suas relações e transições intrafamiliares, em que participam não apenas pais-filhos, mas também irmãos e novos elementos integrados por fenômenos de recomposição familiar, torna-se fundamental criticar a tendência de “patologização” do universo social e simbólico de pertença e inserção das crianças dos grupos desfavorecidos, em que os pais, irmãos e outras pessoas significativas para as crianças, são freqüentemente tidos como elementos explicativos de situações socialmente problemáticas.

Um dos impactos deste conhecimento social existente sobre a interação e as decisões dos adultos, é a desautorização social de crianças que têm que lidar quotidianamente com conflitos entre sistemas de significado e de valor que requerem não só negociações de sentido das práticas sociais, como exigem delas a constante mobilização de táticas e estratégias relacionais frente a outras crianças e aos adultos. Se o reconhecimento destas mediações é importante mesmo quando as crianças se identificam com as instituições que os adultos criam para as socializar, mais importante se torna nos casos em que há descontinuidade entre os universos sociais em que ocorre a esta socialização.

Talvez mais do que quaisquer outras, as crianças cuja competência social não pode ser inferida por referência a sistemas centrados na criança ou orientados para as crianças, a partir dos quais temos procurado conhecer os seus sentimentos, idéias, desejos e expectativas, conforme referem Prout e James (1990:4; cit Sarmento;1997) requerem ser escutadas nos seus próprios termos. A ausência desta escuta tem provavelmente custado às crianças dos grupos sociais subordinados um esforço constante de tradução das suas próprias experiências e aprendizagens de vida no quadro de dois universos em que se podem sentir “estrangeiras”. Estrangeiras relativamente às lógicas dos adultos que governam mais diretamente os mundos sociais que elas habitam; estrangeiras relativamente a mundos sociais mais amplos, que são regulados por um poder social e simbólico que exclui, desqualifica ou re-qualifica como problema social, aqueles que lhes fornecem os elementos e processos de construção dos mundos sociais e culturais próprios, que criam e habitam com outras crianças, seus pares.

Esta é a razão pela qual importa desconstruir socialmente a condição de dependência das crianças dos grupos sociais mais afastados das esferas onde se tem validado como padrão sócio-cultural dominante a criança-filho, a criança-sujeito epistêmico, e a criança-aluno, construída fora

da referência a contextos de vida e predominantemente por referência à escola, reificada como instituição dominante que tende a definir o estatuto social e as condições de experiência e de aprendizagem de uma criança-tipo, supostamente universal.

O que procuraremos apreender é o sentido que sujeitos pertencentes a grupos sociais subalternos podem construir para a sua infância e ação enquanto crianças cuja ação social foi constrangida e viabilizada pelo seu modo de inserção em diferentes esferas da reprodução da sociedade desigual em que vivemos.

Gostaríamos, assim, de poder contribuir para “vulnerabilizar” as ideologias que têm informado políticas e decisões que interferem nas condições de vida e estatuto das crianças e legitimam comportamentos dos adultos sobre elas. Pretendemos participar na desconstrução das imagens que nos têm impedido de considerar a classe social, o gênero, a idade, a etnia, bem como as relações entre educação e trabalho no contexto das relações entre capital e trabalho como dimensões diferenciadoras da condição social das crianças e da infância.

De seguida passamos a esclarecer alguns dos pressupostos que informam as nossas próprias condições e interesses de conhecimento e apresentar alguns elementos de caracterização social e histórica do meio social que serve de cenário e de trama para os acontecimentos que se referem como realidades.

Preparando a escuta da Infância como memória social dos grupos subordinados

Conhecemos as mulheres que aqui nos falam da sua infância que decorreu no início da década de 80, em resposta a um pedido de intervenção da escola por supostas “dificuldades de aprendizagem” de uma delas. No desenvolvimento desta relação profissional emergiram questões e contradições que nos motivaram para a investigação sociológica como recurso crítico-social que neste momento procuramos ensaiar no domínio da infância.

As primeiras questões levantaram-se no momento em que fomos entrevistar esta e outras crianças sinalizadas pelas professoras na escola, o que nos fez interrogar sobre qual o motivo que faria a escola supor que aquelas crianças não tinham nem motivações nem recursos cognitivos para explorarem e usufruírem das relações e oportunidades de aprendizagem. Do diálogo que se seguiu com as professoras constatamos que a maioria tinha sido sinalizada por viver num bairro pobre e estigmatizado, que se situava na periferia da comunidade. Este fato era suficiente para que as crianças fossem alvo de “profecias” de insucesso e de inadaptação que, na maioria dos casos,

acabavam por se verificar. O capital social e cultural que as crianças daquele bairro traziam para a escola era aí “traduzido” como problema psicopedagógico. A constatação da adversidade social com que estas crianças tinham que lutar no quotidiano, entre o espaço da casa, da fábrica, do campo e da rua, numa zona desqualificada pela comunidade, servia apenas para naturalizar e legitimar as atribuições negativas que eram imputadas pela escola às crianças e às suas famílias.

Quando fomos conhecer esta família ela parecia ser uma exceção num bairro estigmatizado pela suposta clandestinidade das habitações, do emprego, do pequeno comércio, do estatuto jurídico de quem estruturava a vida social interna e representava o bairro no exterior, das atividades de cuidado com a saúde, proteção e educação das crianças etc.

Foi a participação num projeto de investigação sobre políticas sociais que nos levou a desconstruir a nossa representação de que aquela família tinha escapado ao que parecia ser um destino comum a todas as famílias migrantes e exploradas pelas indústrias em expansão. Partindo de outros pressupostos, pudemos constatar que aquela família não só reunia todos os fatores de risco social, apesar de mobilizar todas as formas de enfrentamento social consideradas, como não estava informada sequer sobre direitos sociais fundamentais universalizados com a Revolução de Abril, em 1974.

Fomos confrontadas com os efeitos da diferenciação desigual no acesso a oportunidades sociais condicionados pela vinculação dos indivíduos ao Estado-Providência e à “Sociedade Providência” constituída por redes informais que eram dinamizadas pelos notáveis da localidade.

O interesse pela compreensão das vidas que aqui são narradas nasceu da percepção aguda do absurdo daquela realidade social que nos parecia tão distinta e tão distante do que supúnhamos, a partir da nossa própria inserção numa sociedade fundada sobre a promessa de igualdade e projeto de universalização de direitos fundamentais.

As infâncias aqui trazidas como ponto de ancoragem de histórias de vida, nos foram vividas naquele meio e momento social em que aquela e outras famílias foram estruturalmente transformadas em esforço no trabalho que sustentou, por algumas décadas, o ritmo e a intensidade da industrialização naquela região.

Estas memórias de infância são ainda parte daquela realidade, daquele esforço de reprodução em que as crianças começavam a desgastar-se e a descobrir-se entre os adultos, não apenas como corpos de trabalho, mas também no papel de atores sociais, num meio tido por muitos como a (quase) terra prometida.

Sandofim: a (quase) "terra prometida" como lugar de vida das crianças

Sandofim é o lugar de inserção das trajetórias de vida em que esperamos encontrar indícios de outras infâncias vividas na Modernidade.

A vinda desta família para Sandofim ocorreu nos anos 50, fase em que a cerâmica de barro vermelho começava a expandir-se, mesmo antes da sua mecanização, na década de 60.

A inserção local da família implicou o emprego das mulheres na atividade agrícola de subsistência, como complemento do emprego mal remunerado na cerâmica, cujos horários prolongados exigiam a companhia das crianças que viviam no espaço físico e social que ligava a fábrica, o campo e a casa clandestina em construção, que ia sendo rodeada de outras, até à formação de uma bolsa de pobreza, no limite de duas freguesias, recusada por ambas como fazendo parte do seu território.

Esta realidade surge numa zona visível e próspera de um Município que foi reconhecido nos anos 80 pela intensidade do processo de industrialização que teve a sua origem no início do século e que se foi desenvolvendo, a ponto de constituir um pólo de atração de populações das zonas interiores e de outras zonas do país. As suas potencialidades agrícolas justificaram que tivesse sido caracterizado como uma das zonas privilegiadas, quer pela sua localização litoral, quer pela proximidade dos eixos rodoviários que dão acesso aos principais centros urbanos e pela sua inserção no espaço onde os índices de desenvolvimento sócio-económico atingiam os valores mais elevados. Estas condições se combinaram para que nas décadas de 60 e de 70 a dinâmica demográfica do Município tivesse ultrapassado o aumento verificado a nível do Continente e da Região e para que o êxodo para o estrangeiro não tivesse um impacto tão importante quanto no resto desta Região Centro de Portugal.

A alteração da estrutura de emprego entre estas duas décadas revela como a estrutura sócio-económica ocorreu e se refletiu na alteração de contextos e modos de vida da população, com a diminuição da população ativa do setor primário e o aumento relativo da mesma no setor terciário, sem que a agricultura deixasse de ser uma atividade secundária complementar em que a produção para auto-consumo familiar se manteve como complemento dos rendimentos salariais.

Esta situação se alterou apenas na década de 90, quando Sandofim começou a gerar também desemprego de longa duração, sobretudo de mulheres e de indivíduos com mais de 50 anos, apesar de continuar a atrair trabalhadores de outros municípios e a oferecer novos empregos. Naquele momento, a segurança no emprego começou a ser abalada com o aumento do recurso a contratos a prazo de trabalhadores indiferenciados e das relações de trabalho sem qualquer contrato nem a

rendimentos declarados, havendo também situações de emprego no domicílio e com pagamento à peça, que envolviam famílias inteiras.

As mulheres, que constituíam pouco mais da metade da população residente, constituíam a maior parte da mão de obra permanente na agricultura, então caracterizada como envelhecida e muito pouco escolarizada.

A prosperidade de Sandoz é explicada pelo fato de ter havido deslocação de capitais e do trabalho para a indústria no início do século, com o aparecimento de mercadores enriquecidos no entreposto comercial, favorecida pela presença do rio e da ligação a outras localidades do país e a industrialização que começou com fins mercantis, foi favorecida com o aparecimento do motor elétrico e em 1927 e pela criação de uma Escola Comercial e Industrial (Cruz; 1987).

A criação de um quadro de especialização, a profissionalização da mão de obra e a acumulação da cultura industrial na área da metalomecânica e a criação de relações interindustriais, baseadas na divisão do trabalho dentro do sistema local e de relações estabelecidas com o exterior, foram potencializadas com a progressiva criação de infra-estruturas garantindo o desenvolvimento do sistema industrial, enriquecido com a implementação de outras áreas transformadoras, nomeadamente da cerâmica para a decoração e construção, dos têxteis, das madeiras e da indústria gráfica e do papel (Reis 1992).

No ramo da metalurgia, a atividade industrial teve as suas potencialidades ampliadas depois da 2ª Guerra Mundial, com a importação de tecnologia e com a conjuntura interna, fazendo com que nos anos 50 e 60 se dissesse que “em qualquer barracão surgia uma oficina com um torno, uma bancada e algumas máquinas rudimentares”.

A ampliação e a mecanização dos processos de fabrico, nos anos 70 ocorreu a par de uma dinâmica de competição e a emigração, que provocou a falta de mão de obra especializada e a subida dos salários, exigindo o recurso à mão de obra indiferenciada entre os camponeses com mais de 40 anos, provenientes das zonas do interior. É esta população migrante que se vem juntar aos 400 empregados do ramo da cerâmica do barro vermelho, formando uma classe social que tem vindo a ser consistentemente marginalizada, no acesso aos benefícios do progresso de Sandoz.

Este é o meio em que nasceram sete destas nove mulheres, ligadas pelas heranças – biológica, material e simbólica – reproduzidas como legado entre gerações, na sua luta de escapar a um destino social subordinado a interesses alheios e ameaçado pela adversidade e pelo risco de exclusão social no interior de uma sociedade relativamente permeável às transformações no tempo e no espaço mundo e no espaço nacional.

Tempo e espaço onde ocorreram duas guerras mundiais e onde foram consagrados os Direitos Humanos e os Direitos da Criança, onde foi implantada uma República que elegeu a educação pública como política fundamental que foi destituída pelo Estado Novo que se socorreu desta educação para manter uma ditadura por 40 anos e uma guerra colonial.

Tempo e espaço onde irrompeu uma Revolução que descolonizou os países africanos, massificou o acesso à Escola Pública sucessivamente alargada como obrigação de um Estado que chegou a constituir-se como Estado “Providente” de políticas e serviços de saúde, proteção social, cuja consolidação começou a ser ameaçada nos anos 80 pelos efeitos da crise do Petróleo dos anos 70. Tempo e espaço em que se construiu e perdeu a segurança na possibilidade de construção coletiva de uma sociedade de bem estar para todos, visada em conferências internacionais que proclamaram como metas a saúde e a educação para todos, pela erradicação da discriminação de classe e gênero e em que sucessivos programas de luta contra a pobreza procuraram atenuar efeitos da desigualdade de redistribuição social em sociedades que passaram a ser adjetivadas como pós-modernas.

A infância como “idade” demarcada subjetivamente como momentos de passagem

Sendo a idade um dos critérios que tem servido para delimitar o campo de reflexão sobre a infância, importa aqui observar os marcos temporais que sinalizam as trajetórias de vida das nossas narradoras, como indícios da distância que as separava do tipo ideal de criança que vigorava em cada período. Esta mesma distância pode ser estimada quando analisamos os acontecimentos e contextos de vida que mediarão a sua inserção social no mundo adulto que habitaram com estatuto de minoridade social e na sociedade mais ampla.

Quadro dos acontecimentos que demarcam e significam as trajetórias de vida narrada

	Eva	Silvia	Ana	Alda	Olga	Maria	Carina	Sofia	Joana
Ano nascimento	1906	1942	1962	1964	1978	1983	1980	1986	1988
Figura de cuidado	ama	mãe	avó	avó	mãe	irmã	mãe	avó	avó

Separação pais (causa)	RN	7 anos	2 anos	meses	7 anos	2 anos	7 anos	4 anos	2 anos
	abandono	emprego	acidente da mãe	acidente da mãe	acidente	doença	imigração	ruptura familiar	imigração
Cuidado de crianças e tarefas domésticas	10 anos	7 anos	7 anos	8 anos	4 anos	4 anos	-	4 anos	7 anos
							-		-
Trabalho c/o “ajuda” (s/remuneração)	10 anos	8 anos	12 anos	10 anos	10 anos	11 anos		10 anos	12 anos
Saída da escola			14 anos	13 anos	13 anos	10 anos	18 anos	12 anos	14 anos
Emprego remunerado	15 anos	21 anos	15 anos	15 anos	14 anos	12 anos	19 anos	14 anos	
Casamento/União de fato	20 anos	19 anos	16 anos	15 anos	17 anos	15 anos		16 anos	
							escolas		
Contextos de relação entre pares extra familiar	emprego 10-14 anos	emprego 7-9 anos hospital	casa avó 2-7 anos escola emprego	escola	escola hospital	hospital 2-4 anos escola ATL		JInfância escola Grupo Comu	Ceche Jinfância escola G.Com.

Como podemos constatar, a trajetória de vida destas mulheres radica numa experiência de infância que pouco coincide com o padrão de referência que foi sendo construído e consolidado como universal, ao longo do século XX .

Trata-se de uma família em que as crianças foram precocemente separadas da mãe por razões que, embora acidentais, podem ser atribuídas às circunstâncias de pobreza e à precariedade das redes formais de proteção social que poderíamos supor que estivessem garantidas pelo Estado Providência. Embora as avós e as irmãs surjam aqui como figuras de cuidado destas crianças,

importa fazer notar que quase todas elas tiveram que assumir muito precocemente este papel relativamente a outras crianças e, nas primeiras gerações, numa situação muito próxima da serventia/emprego/profissão.

Todas estas meninas participaram ativamente na reprodução social na esfera doméstica em tarefas de manutenção e restauração com alto grau de responsabilidade partilhada com os adultos, mesmo antes de entrarem na esfera do emprego, com o estatuto de “ajuda”, ou seja, sem o direito a remuneração. Aliás, esta entrada precoce no mundo da reprodução social e econômica pode ter sido um dos fatores que precipitou, em quase todos os casos, a saída da escola, secundarizada em relação ao mundo do trabalho. Pode também ter justificado a precocidade dos casamentos ou uniões de fato, como forma de libertação da dependência e poder parental.

Quando atentamos nos contextos de relação entre pares, verificamos que só nos dois últimos casos é feita referência a contextos criados para as crianças (já que num dos casos o ATL³, consistiu quase estritamente num lugar de tomada de refeições e de espera das sobrinhas no trajeto entre escola-casa). Este é um dado relevante quando se tem em conta que na freguesia de residência destas famílias foram sendo criadas, desde o início dos anos 80, diversas estruturas dirigidas à educação das crianças, de que esta família não chegou a beneficiar e que os Grupos Comunitários consistiam em contextos educativos informais criados exatamente em resposta ao fenómeno da marginalidade e exclusão de crianças dos grupos mais desfavorecidos de diversas localidades.

Se, por um lado, estes dados nos dão conta da atipicidade das experiências de infâncias vividas nas margens da sociedade dominante, onde as decisões relativamente à vida e à educação das crianças são fundamentadas num padrão de referência, que em muitos dos seus elementos se opõem mesmo ao que é vivido efetivamente pelas crianças dos grupos sociais mais desfavorecidos, importa refletir também sobre o sentido que cada uma atribui à sua infância como ponto de ancoragem da sua história pessoal, deixando transparecer a relação entre o vivido e as condições materiais que constrangeram o campo das suas oportunidades de vida.

A infância como ponto de ancoragem radicado em contextos materiais de existência

O que apresentaremos a seguir são os textos que inauguram narrativas de vida desencadeadas por um pedido que deixava em aberto múltiplas possibilidades, que não

³ ATL é um serviço que proporciona atividades nos tempos livres, em horário extra escolar.

necessariamente a referência à infância. Constatamos que, em todos os casos, a infância surge como ponto de ancoragem na produção de sentido para trajetórias biográficas cuja duração varia entre os 92 e os 12 anos.

A primeira narrativa é de uma mulher que nasceu nos primeiros anos do século XX, e cuja infância coincide com a emergência da primeira guerra mundial em que houve fome e em que se deu a implantação da República em Portugal. Neste período, a educação e as questões de gênero fizeram parte da agenda política nacional até a instituição do Estado Novo a partir de meados dos anos 20, em que a ditadura fez difundir uma ideologia que fez regredir todos estes movimentos emancipatórios.

O que parece ter retido na memória desta mulher relativamente aos seus primeiros anos de vida, foi a experiência de risco de sobrevivência, causada pela rejeição da mãe que, ao ter gêmeos, optou pelo menino e não a amamentou. O que ela enfatiza é a disposição e a competência da ama em a criar, no que contou com a solidariedade das outras mulheres que se ofereceram para amamentá-la.

A minha mãe teve outro e a mim, mas a mim não me quis, botou-me para a rua! Ela não me deu de mamar nem nada. Isto foi mesmo para uma mulher! E quis o outro...quis o rapaz e não quis a mim. Uma mulher agarrou em mim e levou-me. Disseram para esta mulherzinha: “ó Maria pega lá isto! Olha, olha que a mãe não quis.” Ela respondeu: “deixa ver, deixa ver!” O problema foi mamar! Vinha uma mulher para me dar a mama e vinha outra, e eu chorava! Até que ela disse: “olha não venham cá dar mama nenhuma à minha menina que ela vai indo, eu dou-lhe maçãs assadas e ela vai passando...”

O segundo acontecimento que marca a sua trajetória é não só a ruptura de ligação com a ama, mas também o uso de poder da mãe que decide ir buscá-la quando ela está “criada”, para dá-la a cuidar de outras crianças na casa de familiares abastados. Embora ela refira com agrado a experiência de ter estado com outras crianças, esta situação parece ter sido vivida subjetivamente como exploração pela mãe, experiência que se repete e acentua quando quatro anos mais tarde a mãe decide ir buscá-la a esta casa para trabalhar na agricultura, introduzindo-a definitivamente no mundo adulto da produção econômica.

Estive lá em casa da ama dez anos! Até que a minha mãe me foi lá buscar e levou-me p’rá Arrancada! Tirou-me de lá de casa... Ela ficou a chorar, a chorar... a minha Santa Ama, coitadinha! E depois vou p’rá Arrancada e, estava lá bem! Andavam lá os meninos, era casa rica, muito rica e eu lá estive não sei quantos anos, até que a minha mãe mandou-me buscar por um meio irmão do lado do meu pai.

Esta situação parece ilustrar bem a relação de posse que os pais mantinham relativamente aos filhos, até à emergência do sentimento de infância que, historiadores como Ariès, associam a privatização da vida familiar, ao momento em que a educação começou a ser valorizada e em que a escola é instituída como espaço que separa as crianças relativamente ao mundo dos adultos.

A segunda narrativa que se segue é da filha desta mulher, nascida em 1942, durante a segunda guerra mundial, quando a resignação com a pobreza e a valorização simbólica do esforço no trabalho faziam parte do ideário coletivo conservador.

Naquele período histórico, o regime de proteção social era mínimo e restrito aos grupos que podiam participar em associações mutualistas pelo que apenas alguns segmentos da população estavam libertos da luta pela sobrevivência e contra a fome, no quadro das restrições emergentes com a II Guerra Mundial.

A sua narrativa de vida é inaugurada pela referência a este esforço de sobrevivência em condições de vulnerabilidade social e de subordinação a circunstâncias adversas.

Eu nasci em Paranho e estive lá até aos cinco anos de idade. Eu não tinha pai porque ele ficou tolo e foi para o hospital; como a minha mãe vivia com dificuldade ela foi servir e os meus irmãos também foram servir. Os meus irmãos que já eram maiorzitos andavam no campo a trabalhar, nas terras, com o gado a trabalhar nas terras, com as vacas. Já vinham habituados a isso. Quando já eram maiores pensaram em ir para Lisboa para ver se arranjavam futuro ou coisa melhor. Eu vim para a estrada com a minha mãe, ela andava a acarretar água e eu também; eu tinha uma jarrazita e ganhava cinco tostões por semana. Eu era pequenita, mas lá andava!

Tal como a mãe, nascida três décadas antes, esta mulher foi dada a servir para cuidar de outras crianças, apesar de se ter ressentido de ter deixado o cuidado da sua ama com a mesma idade. A diferença é que as circunstâncias de pobreza são agora valorizadas para justificar a atitude da mãe, vista aqui como uma resposta necessária às contingências que afetaram todo o agregado familiar e não como uma regularidade estabelecida pelo poder parental.

Eu desde os sete anos que saí para tomar conta das crianças... A minha mãe "botou-me" a servir na casa de uns infelizes. Estive lá até aos nove anos. Naquela altura de dificuldade, não havia de comer e não havia sítio para estar! Fui servir. Nunca mais voltei para ao pé da minha mãe, foi sempre trabalhar até quando ela voltou. As meninas tinham uma um aninho e a outra dois anitos, eu tinha sete. Eu andava com elas ao colo e não podia com elas. Pendurava-as pelas pernas e trazia-as penduradas pelas costas abaixo... Eu era fraquinha e tinha fome também... eu é que precisava é que tomassem conta de mim!

Um aspecto a realçar é que esta narrativa não só desnaturaliza a separação e a relação de exploração pela mãe, como também evoca a sua condição de criança frágil que deveria ser alvo de proteção e cuidado, o que parece indiciar a emergência de uma outra concepção de infância e do lugar da criança na sociedade.

A terceira narrativa diz respeito a uma das quatro filhas da mulher que acabamos de escutar. Ela nasceu no princípio dos anos 60, numa sociedade fechada à mudança, assombrada pela guerra colonial que mobilizava os homens para um destino incerto e deixava às mulheres a responsabilidade de garantir a sobrevivência dos dependentes.

A fome mantém-se nesta narrativa como tema recorrente nesta terceira geração. O que podemos notar agora é que a experiência de vulnerabilidade vivida por esta mulher deixa de ser simplesmente atribuída à rejeição e abandono imputável a características psicológicas de uma mulher, vista fora das suas circunstâncias, ou às condições acidentais que obrigam a separação de mãe e filha que deixam de poder trabalhar lado a lado para sobreviverem.

Depois de referir brevemente o internamento prolongado da mãe devido a um acidente de trabalho, que justificou que ela e a sua irmã, ainda bebê, tivessem sido entregues às avós materna e paterna, a narrativa valoriza essencialmente o relacionamento com a avó materna que nos apresenta, não apenas como lugar de segurança, mas também de conforto, intimidade e de felicidade.

De quando era pequenina não me recordo de nada, mas... foi uma infância mesmo bonita!

Estive grande parte do tempo com a minha avó, em casa dela. Eu fui para junto dela quando a minha mãe teve um acidente. Éramos as duas, vivíamos uma para a outra... Na casa da minha avó nunca me faltou o pãozinho. Ela nunca me deixou faltar nada. Naquele tempo já tinha a manteiga veja lá! Tinha sempre uma batatinha frita, tinha sempre um ovozinho. Então eu sentava-me com ela à noite, tomava o cafézinho e comia a sardinha assada no borralho com pão e assim íamos para a cama. A única coisa que me recordo é que ela não tinha vacas e leite, mas ia a uns familiares e trazia sempre um quarto de leite para mim. Fui sempre muito habituada com o leite, com as sopinhas de leite. Eu tinha fome à tarde e ela dava-me sempre pãozinho com manteiga, quando eu chegava da escola. Quer dizer fui criada... bem!

A novidade que surge nesta narrativa é o conteúdo afetivo dos laços que ligam adultos e crianças como atributo de uma “boa criação”. Nesta narrativa, o risco de sobrevivência é enunciado como cenário de uma relação de cuidado amoroso e de companheirismo que consegue

atenuar a fome e transformar o estado de necessidade em estado de “graça” ou seja, de fruição de um bem-estar que se pode recordar e reviver tantos anos mais tarde.

A minha avó quando tinha um pouquinho de tempo livre ia ajudar a minha tia e levava-me sempre...Quando eu não tinha escola e era mesmo pequenina eu ia com ela. Ela deitava-me, quando estavam aqueles dias de verão e eu ouvia onde ela batia com a enxada nas pedras. Eu gostava tanto de ouvir aquele barulhinho do metal e a pedra. Eu sabia que tinha uma pessoa que estava do meu lado.

Esta experiência contrasta, no entanto, com a da irmã mais nova, que tinha um ano de idade quando foi entregue a avó paterna. A referência aos primeiros anos de vida é relatada sobre um cenário em que todos os adultos estão ocupados com o trabalho e em que ela fica entregue a outra criança, uma prima, pouco mais velha. Enquanto a sua irmã mais velha reconstrói romanticamente o relacionamento com a avó materna, a ponto de associar a pobreza à virtude e à felicidade, esta nos dá conta das circunstâncias de dependência das crianças, de como são susceptíveis de não reconhecimento por um amor condicionado não só pelas condições de vida, mas também pelo comportamento das crianças.

A minha mãe teve um acidente e foi para o hospital. Ela esteve dois anos fora. Ela não me pôde criar mandou-me para a minha avó e eu fui! Eu morava a minha avó, meu avô, meus tios e meu pai também. Os meus tios trabalhavam nas terras e numa fábrica de tijolo; trabalhavam todos, menos o meu pai que nunca quis trabalho... O meu avô trabalhava com as ovelhas. A minha avó andava a tomar conta de ovelhas e tratava da vida da casa. A minha tia trabalhava no tijolo e tinha duas filhas. Eu tinha um ano e pouco e a minha prima que era mais velha do que a minha irmã três anos ficava a cuidar de mim. Naquele tempo não se ganhava para dar a uma ama e nós tínhamos que ficar sozinhos. Como eu às vezes ficava sozinha e fazia as minhas asneiras - porque as crianças não gostam de ficar sozinhas - e a minha tia começou a implicar, até que tive que ir para casa da minha mãe até ir para Lisboa.

Esta narrativa começa a referir situações de aprendizagem em situações e contextos sociais informais, em que as crianças observam os adultos significativos, que lhes transmitem o seu legado cultural e uma versão sobre as relações entre as pessoas, as coisas e os acontecimentos.

Eu muitas vezes passeava com a minha avó até as ovelhas. Lembro que ela era magra. Ela começava a contar anedotas e coisas de bruxas. Contava histórias à gente, vidas que se tinham passado com ela na pobreza. Outras vezes ela contava que também sofria muito com os pais que lhe batiam.

A afetividade e o clima relacional em que esta transmissão ocorre são aqui valorizados como parte integrante da experiência de aprendizagem.

Lembro também do meu falecido avô. Ele andava com uma bengalazinha a passear comigo agarrado à minha mão, de mão dada. Eu andava com as ovelhas e ele lá me dava um reбуçadinho. Eu gostava muito dele e ele gostava muito de mim. Ele ligava-me mais.

As narrativas que se seguem, são de mulheres que nasceram no período após a Revolução de Abril em 1974, em que a sociedade portuguesa sofreu grandes transformações estruturais que resultaram na problematização das desigualdades sociais e na criação de políticas sociais a universalizar como direitos individuais. A substituição do Estado autoritário, pelo Estado democrático, cria um outro universo simbólico que estabelece limites para as desvantagens sociais reproduzidas através da economia, da cultura e da política, o que poderia ter justificado a desestabilização das relações e dos modelos sociais cristalizados pelo antigo regime.

Apesar da abertura e da permeabilidade a outras referências identitárias, que se manifesta no modo de apresentação que esta mulher faz de si mesma e que foi buscar na telenovela, contribuindo para re-significar a pobreza como contexto e tema de vida.

Quando eu era pequenina diziam que eu era a Gabriela, porque eu andava sempre descalça e porque era baixinha, redondinha. Eu nasci na casa onde eu vivi, no mesmo quarto onde eu estou. Era tudo muito velhinho, o chão era só terra e não tinha nem sequer mosaico, nem nada. Também era preciso pôr uns plásticos porque a chuva ia lá para dentro. Aquilo era um quintal do meu tio, mas como vivíamos com muita dificuldade, tínhamos que nos contentar.

A referência ao cuidado das crianças por outras crianças, já não aparece aqui como solução ou como alternativa possível dos grupos que não têm acesso ao Jardim de Infância, mas como situação que implica riscos reais para as crianças que ficam sozinhas.

Eu nunca andei em infantário⁴. Andei sempre lá por casa. Era a minha irmã mais velha que tomava conta de mim. Como eu era muito sossegada, quando era bebê eu ficava com os meus irmãos. Eu ficava dentro de um caixote e eles iam-me levar à fábrica para a minha mãe me dar o peito. Contam que a fábrica tinha uma ladeirita a descer e que os meus irmãos deixavam ir o

⁴ Infantário é o nome que se dá em Portugal para Jardim de Infância.

carro sozinho, então lá vinha eu e espetava o nariz no chão! Eram crianças! Como eram crianças, era assim que calhava!

Esta narrativa é de uma jovem que, tal como as suas sobrinhas, nasceu a partir da segunda metade dos anos 80, período em que em todo o país emergia o interesse pelo cuidado e bem-estar das crianças. Neste período foram instituídos os cuidados de saúde primária extensivos a toda a população e, no interior deste, as crianças constituíam um grupo especial, o que pode ter sido potenciado pelas comemorações do *Ano Internacional da Pessoa com Deficiência* que sensibilizou a comunidade para a necessidade de criar localmente condições facilitadoras do seu desenvolvimento global. Um pouco por todo o país começaram a surgir Associações sem fins lucrativos que procuravam responder a este desafio com a criação de Jardins-de-Infância, como espaços em que as crianças estariam protegidas e livres para brincar.

Eu lembro-me de ter aí uns três ou quatro anos; a minha casa não era nada como é agora. Era mais pequena e tudo o mais. A minha irmã tinha uma casa muito grande e nós admirávamos aquilo e íamos para lá brincar. A minha sobrinha era mais velha do que eu. Ela tinha uma casa melhor e nós íamos para lá brincar com bonecas. Nós não tínhamos essas possibilidades eram tempos que... Pouco me lembro disso, mas o que me lembro eram tempos mais ou menos, porque nós brincávamos todas juntas.

Neste mesmo contexto, a escola se ia afirmando, cada vez mais, como universo social de referência que tornava pronunciável uma experiência de infância, cuja qualidade dependia, no entanto, do lugar que cada criança encontrava nos novos espaços sociais onde passavam a conviver as crianças de uma mesma família ou comunidade.

Eu comecei a ir para a escola com cinco anos e meio. Quando vinha da escola, havia alturas em que eu era muito malandira, não me apetecia fazer nada! Eu saía às três e um quarto e chegava aqui por volta das quatro porque tinha que ir buscar as minhas sobrinhas... uma e outra tinham o mesmo horário. Por acaso era bom tanto para uma como para outra, porque saíamos às três e um quarto e até era bom, ainda era de dia.

O que podemos constatar nas narrativas que se seguem é que a mudança de paradigma societário não foi suficientemente penetrante na realidade de todos os grupos sociais para consolidar uma concepção de infância e de direitos da criança universal.

A implementação do Estado Providência, constrangida pelos efeitos da crise dos anos 70, que custou a Portugal a retração das políticas de democratização social instituídas entre 1974 e 1978⁵,

⁵ Devido à dívida externa contraída para responder aos desafios colocados pela Democratização tardia do país.

não chegou a ter efeitos imediatos nas condições materiais e sociais de existência de todos os grupos sociais. A precariedade das circunstâncias em que foram mantidos alguns grupos, pode justificar a marginalização, invisibilidade e silenciamento dos seus interesses no interior dos universos simbólicos onde se continuou a lutar pela expansão e universalização dos direitos sociais. Tanto os líderes políticos e gestores dos serviços locais, quanto os agentes de ação social direta, passaram a reconhecer estes segmentos da população portuguesa mais como objetos de políticas compensatórias do que como sujeitos, a quem estavam a ser negadas condições de exercício de direitos legítimos de cidadania.

Esta clivagem entre condições de experiência da infância de diferentes grupos sociais parece estar bem manifesta nesta narrativa de vida:

Nós vínhamos as três, eu e as minhas sobrinhas, mas como elas eram novas, eu não podia exigir nada delas. Tinha que fazer eu tudo. Elas brincavam enquanto eu nessa altura, como já tinha oito anos... e sempre fui a mais velha de todas, eu sempre tive que fazer mais! Elas queriam brincar, brincavam. Juntavam-se com as pessoas lá do bairro.

Eu quando não tinha mais nada para fazer, vi-a as minhas sobrinhas a brincar e não conseguia juntar-me a elas. Eu nunca fui uma pessoa que conseguisse chegar à noite e ir brincar com as outras crianças! Eu ficava, assim, no meu canto, no meu quarto e arranjava qualquer coisa.

Depois disso eu comecei a dizer que não gostava de escolas. Eu não tinha muitas colegas e não gostava muito da escola porque as minhas colegas tinham muitos problemas e fumavam. Elas me queriam pôr esse vício e eu não gostava! Então... estudei até ao 4º ano e saí. Estive um ano em casa, depois aos 12 anos fui trabalhar!

A sua sobrinha, um pouco mais velha, relata assim a sua experiência de infância:

Eu tenho muitas coisas em pequena. Eu não sei por onde é que vou começar... começo pela escola. Eu não repeti de classe, mas cheguei à 4ª e não tão bem como da 1ª à 3ª como quando cá estava a minha mãe. A minha mãe tratava-me... mas depois é que ela foi embora para a Suíça. Quando ela cá estava obrigava-me a estudar e eu fazia os trabalhos da escola. Quando ela foi embora chegava a casa e como a minha tia não estava sempre ao pé de mim para me ajudar ou não me obrigava a fazer os trabalhos e eu, brincava com o meu primo e deixava de estudar. Antes a professora tratava-me igual aos outros, mas quando a minha mãe foi embora a escola foi outra coisa. Mudou um bocadito. Eu apanhava mais e a professora sabia que a minha mãe tinha ido para o estrangeiro.

O que pode não ter sido apreendido por esta professora foi a realidade especial da criança que ainda hoje recorda assim a sua experiência enquanto criança-filha de pais emigrantes:

Eu fui para a casa da ama quando a minha mãe foi para a Suíça. Quando o meu pai foi eu tinha cinco anos e eu fiz oitavo anos sem a minha mãe cá. Quando acabei a 4ª classe eu fui também. Antes eu só ia lá passar as férias de Verão e nas férias do Natal eles vinham cá.

Quando os meus pais estavam lá os dois eu fui lá a uma casa. Era uma casa muito velha, alta... tinha só duas divisões. Nós estávamos num telhado e havia pessoas lá a viver, juntas. A minha mãe tomava conta de uma menina. Ela andava sempre com dois garotos. A menina era portuguesa e eu brincava com ela, mas o menino era Suíço e eu não percebia. Das primeiras vezes não custava muito vir embora. Só no último ano custou porque eu já era mais velha, mas depois eu fui para lá de vez.

O reconhecimento de todas as mudanças que ocorreram em Portugal nas últimas décadas relativamente aos cuidados e educação das crianças, não poderia deixar adivinhar os graus de vulnerabilidade social a que continuaram expostas as crianças dos grupos sociais cuja emancipação foi constringida não apenas por instâncias e atores distantes da sua realidade concreta e silenciada, mas também pelas relações de proximidade, estabelecidas nas comunidades locais.

A narrativa que se segue nos dá conta das circunstâncias de extrema vulnerabilidade social em que continuaram a viver as crianças, em Sandofim, uma comunidade cuja prosperidade econômica foi conseguida por um processo de industrialização intensivo, só sustentável com a imigração que, desde a década de 60, assumiu o esforço de trabalho que foi sendo dispensado aos naturais.

Em pequenina lembro de estar em casa, com a minha mãe a fazer o comer na cozinha e eu estar lá para trás e para a frente. Naquele tempo ninguém olhava por nós, porque a minha avó e a minha mãe não se entendiam bem. Só o meu irmão mais velhito, é que olhava por mim de resto mais ninguém. Os meus irmãos tinham três e quatro anos quando eu nasci. Eles nos andavam sempre a guardar; iam buscar comer para nós, para mim e para a minha irmã. Eu também era pequenina, tinha três anos e a minha irmã andava ao meu colinho. Só quando a minha mãe foi embora e nos deixou pequeninos, é que a minha avó começou a cuidar de nós. Eu tinha uns seis anitos.

Como se pode apreender deste testemunho de vida, as crianças acompanhavam a mãe ao espaço de produção, com todos os riscos que se podem prever numa cerâmica de barro vermelho onde há fornos aquecidos a altas temperaturas e onde as crianças descobrem a realidade da “apartação social” relativamente aos seus pares.

Eu ficava com os meus irmãos em casa, mas muitas vezes a minha mãe também nos levava para o trabalho. Fazia uma roda com tijolos, para nós não sairmos daquela roda e ficávamos lá.

Nós não tínhamos muita amizade com os meus primos, não falávamos, assim, muito, mas brincávamos, às vezes, porque éramos crianças. Brincávamos perto de casa, logo a sair da porta. Ficávamos lá no largo a brincar.

Embora na referida comunidade tenha sido criado, em 1982, um Centro Social com atividades para a infância, as crianças desta família - incluída como excluída, do espaço da comunidade e como subordinada no espaço da produção - só puderam beneficiar dele na situação de ruptura familiar que exigiu que o Estado reconhecesse a universalidade dos direitos de proteção social, negados localmente até então.

Eu estive numa creche e gostei porque lá olhavam por nós.

Lembro de fazermos jogos que havia lá uns livros para nós lermos, televisão para quem quisesse ver; nós às vezes líamos, escrevíamos, outras vezes diziam para nós irmos dar voltas e nós íamos dar voltas, passear.

Apesar do cuidado e da proteção que foi valorizada por esta narrativa, nos parece interessante chamar a atenção para o impacto que a forte regulação a que estão submetidos todos os espaços sociais criados pelo adulto para as crianças, pode ter sobre a vida de crianças que, até determinada idade, tiveram que cuidar de si mesmas.

Só que à tarde tínhamos que dormir! Ninguém gosta de dormir...Muitas vezes liam-nos histórias, mas outras vezes, diziam para nos calarmos e dormirmos, mas era bom. Na hora do almoço, eu às vezes estava com a minha irmã, mas era só às vezes... Mas era bom, nós passávamos um dia bom.

A mais nova das nossas narradoras nos relata, de forma vacilante, a sua experiência de infância, inaugurada com a seguinte afirmação que parece procurar uma definição de si mesma como criança que brinca e que vai ser retomada mais adiante.

Eu não me lembro de quando era pequenina... Nada! Em pequenina era muito brincalhona!

Dito isto ela começa:

Eu nasci no hospital de Águeda e quando a minha mãe veio para casa o meu pai disse que eu não era a filha dele e bateu à minha mãe. Ela fazia o comer e tudo, mas ele o deitava pela janela fora e batia muito aos meus irmãos. Ele batia-nos a todos. Então, quando eu tinha dois aninhos a minha mãe levou-me para Espanha, para casa de uma senhora que me criou a mim e a ela (a mãe).

A minha mãe andava a pastar ovelhas; naquele tempo era pouco dinheiro, mas não se deu lá bem e quando disse a senhora que vinha de férias, ela ficou lá com a minha roupa e tudo. Depois fomos passar uns meses ao Luxemburgo e tornamos a vir para Portugal. A minha mãe trabalhou mais 15 dias lá e quando chegamos aqui o meu pai não quis saber mais dela. A minha mãe foi outra vez embora e eu fiquei com a minha avó.

A forma como se refere à creche parece indiciar a representação da infância e as instituições para crianças como lugares de brincar.

Mais tarde fui para a creche. Na creche era brincar... lá era brincar!

Brincar parece ser também uma prerrogativa do seu estatuto de criança mais nova de uma família numerosa, até ao momento, mais ou menos súbito, em que a reprodução familiar se impõe como necessidade, precipitando o seu ingresso no mundo adulto da produção económica, pondo fim ao tempo da infância aqui representado por como tempo de brincar!

Na casa da minha avó eu brincava com os meus primos. Eu comia e não parava quieta em casa, ia brincar logo e a minha avó dizia que assim eu não engordava... Nós antes éramos muitas pessoas cá em casa.

Quando eu tinha para aí uns 10 anos a minha avó dizia para eu lavar a louça. Eu não queria, mas ela berrava e eu lavava a louça, arrumava a cozinha, limpava a casa toda e fazia os quartos.

Em tom de comentário final:

Propusemos neste artigo a reflexão sobre a experiência e o lugar que a infância ocupa na vida subjetiva, como fundamento da construção de trajetórias sociais e narrativas autobiográficas, não de um qualquer sujeito universal, ou cuja singularidade tivesse ser inferida por características inatas ou intrínsecas. O que escutamos foram vozes de sujeitos histórica e socialmente localizados, foram mulheres de diferentes idades, pertencentes a uma mesma família, cujos membros continuam a ocupar posições de subalternidade social entre grupos cuja emancipação face à adversidade e à dominação social dependeu do seu esforço de trabalho.

O que aqui quisemos problematizar foram os efeitos da desigualdade estrutural que se reproduz não apenas no espaço da produção econômica, resistindo ao reconhecimento da igualdade radical do estatuto de cidadania, instituído pelo Estado Moderno, àqueles a quem as comunidades integram, mas no lugar de excluídos em espaços sociais e simbólicos que são regulados pelo exercício do poder de diferenciação desigual onde se define identidades de pertença.

Gostaríamos com este trabalho de ter participado para a problematização do que é construído, em grande parte, pelas próprias palavras com que nos habituamos a pensar, a agir e a imaginar futuros possíveis para as crianças fora do diálogo com elas.

Resta-nos partilhar com os leitores a nossa consciência da incompletude desta escrita e leitura de uma realidade social que exige o reconhecimento destas vidas comuns que, muitas vezes, não reconhecemos sequer como contemporâneas, devido à distância criada por condições objetivas e subjetiva de opressão e dominação que exigem a ruptura do silenciamento dos grupos que mais têm sido impedidos de dizer “a sua palavra”, incluindo as crianças, cujos mundos de vida são cada vez mais colonizados em nome da sua emancipação!

Referencias Bibliográficas

- Almeida, J. F.; Capucha, L.; Costa, A. F.; Machado, L.; (1994) *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Editora Celta.
- Araújo, Helena (1990). Procurando as Lutas escondidas através das Histórias de vida. *Cadernos de Consulta Psicológica*, nº6, pp. 83-92.
- Araújo, Helena e Magalhães, M. (1999) Des-fiar as vidas: Perspectivas biográficas, mulheres e cidadania. *Cadernos Coeducação*. CIDM.
- Ardoino, J. (1992). *L'Implication*. Lyon/Paris: Vois Livres.
- Ariés; Philippe (s.d.). *A Criança e a Família no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'água
- Badinter, Elisabeth (2000). *O Amor Incerto. História do Amor Maternal (do séc. XVII ao séc. XX)*. Lisboa: Relógio d'água.
- Berger, Peter e Luckman, Thomas (1990). *A construção social da realidade* (8ª edição). Petrópolis: Editora Vozes.
- Bertaux, D. (1981). From Life Stories approach to transformation on sociological practice. In *Biography and Society: life story approach on Social sciences*; Beverly Hills, Cal. : Sage. pp. 29 - 45
- Bertaux, Daniel (1988). Fonctions Diverses de Récit de Vie dans les Processus de recherche. *Revue des Sciences Humaines et Sociales*, nº 18, pp. 18-21.
- Bourdieu, Pierre (1997). A Ilusão Biográfica. In *Razões práticas sobre a teoria da acção*. Oeiras: Edições Celta.
- Bourdieu, Pierre et al. (1998). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cortesão, Luíza (1994). Quotidianos marginais desvendados pelas crianças. *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 1, pp.63-87
- Cruz, Raul (1982). *Industrialização em meio rural: o caso de Águeda*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Delory-Momberger, C. (2000). *Les histoires de vie – de l'invention de soi au projet de formation*. Paris: Edition Antropos.
- Dubar, Claude (1997). *Socialização - construção de identidades pessoais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

- Ferrarotti, Franco (1980). Les Biographies comme instrument analytique et interprétatif. Paris: *Cahier Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, pp. 227-248.
- Ferreira, Manuela (2000). *Salvar os corpos, forjar a razão – contribuição para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Ferreira, M. (2002). Crescer e aparecer ou... para uma sociologia da infância. *Educação Sociedade e Culturas*, nº 17, pp 3-12.
- Freire, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*. S Paulo: Editora Paz e Terra.
- Hespanha, Pedro; Madeira, Rosa et al. (2000). *Entre o Estado e o Mercado – as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Hespanha, Pedro; Madeira, Rosa et al. (2001). *Risco Social e incerteza – pode o Estado recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.
- Morrow, Raymond & Broown, D. (1994). *Critical Theory and Methodology*. Califórnia: Sage.
- Portugal, Silvia (2000). Globalização e violência doméstica. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 57/58 pp. 231 - 258
- Reis, José, Tolda J., Coelho, L. e Marinheiro, C. (1996). *Potencialidades e Factores de dinamização dos Concelhos de Águeda e Estarreja*. Lisboa: Observatório de Emprego e Formação Profissional.
- Santos, Boaventura Sousa (1995). *A Construção Multicultural da igualdade e da diferença*. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais ,UFRJ, Rio de Janeiro; policopiado.
- Santos, Boaventura Sousa (1996). Para uma pedagogia do conflito. In Luis Eron Silva et al. (org). *Novos Mapas Culturais: Novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarmiento, Manuel (2000). *A Infância e o trabalho: a (re)construção social dos ofícios das crianças*. Forum Sociológico, nº 3/4. Lisboa: IEDS, Universidade Nova.
- Sarmiento, Manuel (2002). Infância, exclusão social e Educação como Utopia realizável. *Educação Sociedade e Culturas*, nº 17, pp. 13-32.
- Sarmiento, Manuel e Pinto, Manuel (1997). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Sarmiento, Manuel (2003) *Crianças e Miúdos* ; ASA Editora, Porto.
- Silva, Manuela (1990). *A Pobreza Infantil em Portugal*. Lisboa: Comité Português para a Unicef.